

## SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina SPDM - Hospital Municipal Universitário de Taubaté

CNPJ nº 61.699.567/0089-24

### Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais fazem parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da unidade gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Universitário de Taubaté. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30.04.2021. São Paulo, 28.02.2021. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Diretor - Presidente da SPDM.

Demonstrações Contábeis Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrado em 31 de Dezembro - Valores Expressos em Reais (R\$)	
Ativo	2020	2019	2020	2019
<b>Ativo Circulante</b>	<b>42.720.487,21</b>	<b>84.190.029,23</b>	<b>Receitas</b>	
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>1.263.444,52</b>	<b>193.259,80</b>	<b>Receitas Operacionais com Restrições (nota 5.1)</b>	
Bancos conta movimento (nota 3.1)	332.255,11	60,70	<b>Receitas Bruta com Restrições de Serviços com Restrições</b>	
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	931.189,41	193.199,10	Prefeitura Municipal de Taubaté (nota 5.1)	92.502.395,73
<b>Contas a Receber</b>	<b>39.338.532,57</b>	<b>82.737.228,71</b>	Outras Receitas	555.235,54
Valores a Receber - Prefeitura			Isonção usufruída (nota 9)	12.986.615,82
Município de Taubaté (nota 3.3.1)	36.518.922,36	79.829.494,76	Isonção usufruída - INSS Serviços Próprios (nota 9.1)	-
Valores em Negociação -			Isonção usufruída - INSS Serviços Terceiros (nota 9.2)	-
Contrato/Convênio (nota 3.3.2)	2.819.610,21	2.907.733,95	Isonção usufruída - COFINS (nota 9.3)	-
<b>Outros Créditos</b>	<b>272.111,36</b>	<b>211.120,05</b>	Isonção usufruída - PIS (nota 9.4)	-
Antecipação de férias (nota 3.4.1)	234.826,58	184.640,43	Trabalhos Voluntários (nota 10)	26.908,07
Adiantamento fornecedor (nota 3.4.2)	23.703,78	23.544,58	<b>(=) Receita com Restrições</b>	<b>106.071.155,16</b>
Adiantamentos (nota 3.4.3)	13.581,00	2.935,04	<b>(+) Outras Receitas com Restrições</b>	<b>316.704,15</b>
<b>Despesas Pagas Antecipadamente</b>	<b>6.014,98</b>	<b>5.796,40</b>	Outras Receitas	-
Prêmios de seguros e outros a vencer (nota 3.5)	6.014,98	5.796,40	Descontos Recebidos	153,07
<b>Estoques</b>	<b>1.840.383,78</b>	<b>1.042.624,27</b>	Doações Recebidas (nota 5.3)	316.551,08
Estoque Materiais			<b>(=) Receita Líquida com Restrições</b>	<b>106.387.859,31</b>
Medicamentos Nutrição (nota 3.6)	1.840.383,78	1.042.624,27	<b>(-) Custos Serviços Prestados com Restrição (nota 5.2)</b>	<b>89.329.483,35</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>3.001.971,37</b>	<b>46.262.589,61</b>	Serviços - Pessoal Próprio	35.473.444,43
<b>Diversos Valores a Receber</b>	<b>42.664.757,29</b>	<b>42.664.757,29</b>	Serviços - Terceiros Pessoa Física	606.970,00
Contratos/Convênios Públicos a Receber (nota 3.7)	-	32.697.333,30	Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	29.203.257,28
Estimativa de Rescisão Contratual (nota 3.8)	-	9.967.423,99	Mercadorias	15.143.192,85
<b>Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros</b>	<b>3.001.971,37</b>	<b>3.597.832,32</b>	Trabalhos Voluntários	24.989,98
Imobilizado - Bens de Terceiros (nota 3.9)	8.561.168,26	8.334.711,03	Isonção usufruída	8.877.628,81
Ajuste Vida Útil Econômica			<b>(=) Superávit ou Deficit Bruto com Restrições</b>	<b>17.058.375,96</b>
Bens Terceiros (nota 3.9.1)	(5.559.196,89)	(4.736.878,71)	<b>(-) Despesas Operacionais com Restrições (nota 5.2)</b>	<b>17.058.375,96</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>45.722.458,58</b>	<b>130.452.618,84</b>	Serviços - Pessoal Próprio	6.738.199,68
			Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	4.771.125,47
			Mercadorias	231.981,09
			Financeiras	760.187,94
			Despesas Bens Permanentes	221.222,33
			Tributos	224.754,35
			Trabalhos Voluntários	1.918,09
			Isonção Usufruída	4.108.987,01
			<b>(=) Superávit do Exercício com Restrições</b>	<b>-</b>

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Ffindos Exercícios encerrado em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Descrição	2020	2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Resultados do exercício/período	-	-
<b>Variáveis nos ativos e passivos</b>		
(Aumento) Redução em contas a receber	43.398.696,14	(82.737.228,71)
(Aumento) Redução Outros Créditos	42.603.765,98	(42.875.877,34)
(Aumento) Redução Despesa Antecipada	(218,58)	(5.796,40)
(Aumento) Redução em estoques	(733.330,18)	(985.409,92)
Aumento (Redução) em fornecedores	3.451.845,02	6.565.098,27
Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Contrato Gestão	(89.132.724,04)	113.633.909,44
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	1.482.150,38	6.598.564,46
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(595.860,95)	3.597.832,32
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais</b>	<b>474.323,77</b>	<b>3.791.092,12</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
(-) Adição de Bens de Terceiros	595.860,95	(3.597.832,32)
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos</b>	<b>595.860,95</b>	<b>(3.597.832,32)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Empréstimos tomados	-	-
<b>Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>1.070.184,72</b>	<b>193.259,80</b>
<b>No início do período</b>	<b>193.259,80</b>	<b>-</b>
<b>No final do período</b>	<b>1.263.444,52</b>	<b>193.259,80</b>

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

**Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Contábeis.** A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nº 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. **Unidade Gerenciada:** Localizado no Município de Taubaté - SP, o HMUT- Hospital Municipal Universitário de Taubaté, propicia atendimento assistencial à população local e de mais 39 Municípios da região serrana do Vale do Paraíba. É referência em alta e média complexidades nas especialidades de Ortopedia, Ginecologia e Obstetrícia e Cirurgia Pediátrica de urgência, com atendimento 100% SUS, sendo os dois últimos com atendimento 24 horas. Também oferece à população atendimento em 44 especialidades de saúde, englobando as áreas de Cardiologia, Dermatologia, Endocrinologia, Fonoaudiologia, Gastrologia, Ginecologia, Hematologia, Infecologia, Mastologia, Nefrologia, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Pediatria, Pneumologia, Proctologia, Psiquiatria e Urologia. Possui infraestrutura de 16.721 m² de área construída e um total de 206 leitos ativos, sendo 25 leitos nas Unidades de Terapia Intensiva Especializadas (adulto, pediátrica e neonatal), além de 41 leitos na Maternidade, 20 leitos de UTI Adulto COVID, 10 leitos de Semi-intensiva COVID e 110 nas demais clínicas. Em 01 de Maio de 2019, a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina firmou com Administração Municipal, o Contrato de Gestão Nº 50.132/18, através do Chamamento Público nº 18/18. O contrato possui vigência de 24 meses, com vigência entre 01/05/2019 e 30/04/2021, o valor global corresponde a R\$ 156.947.200,00 (Cento e cinquenta e seis milhões, novecentos e quarenta e sete mil e duzentos reais), e tem por objeto a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Hospital Universitário de Taubaté/UPA infantil. Em 27/04/2020, foi assinado o 1º Termo de Aditamento do contrato o Contrato de Gestão Nº 50.132/18 Chamamento Público nº 18/18, no valor de R\$ 5.506.935,93 com vigência até 30/04/2021 para a execução dos procedimentos cirúrgicos oncológicos e de OPM'S Auditivas. Em 12/05/2020, foi assinado o 2º Termo de Aditamento do contrato o Contrato de Gestão Nº 50.132/18 Chamamento Público nº 18/18, no valor R\$ 2.500.000,00 que trata dos serviços que destinará 10 (dez) leitos de UTI e 32 (trinta e dois) leitos de enfermaria para o atendimento dos pacientes que apresentarem dos sintomas do COVID-19. Em 27/05/2020, foi assinado o 3º Termo de Aditamento do contrato o Contrato de Gestão Nº 50.132/18 Chamamento Público nº 18/18, no valor de R\$ 4.000.000,00 que trata dos serviços que destinará 10 (dez) leitos de UTI adulto, 04 (quatro) leitos de UTI Pediátrica e 18 (dezoito) leitos de cuidados em Ginecologia e Obstetrícia para o atendimento dos pacientes que apresentarem os sintomas do COVID-19. Em 01/12/2020, foi assinado o 4º Termo de Aditamento do contrato o Contrato de Gestão Nº 50.132/18 Chamamento Público nº 18/18, no valor de R\$ 3.150.342,00 que trata dos serviços que destinará 10 (dez) leitos de UTI adulto, 10 (dez) leitos de suporte Ventilatório (SVP) e 10 (dez) leitos de Clínica Médica para atendimento dos pacientes que apresentarem os sintomas do COVID-19. **1 - Imunidade Tributária:** A SPDM enquadrar-se no conceito de imunidade tributária disposta no Artigo 150, Inciso VI alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2020, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12-ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros a qual estabelecem critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das

Comparativo das Demonstrações do Valor Adicionado Exercícios encerrado em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Descrição	2020	2019
<b>1 - Receitas</b>	<b>106.387.706,24</b>	<b>63.354.618,41</b>
1.1) Prestação de serviços	93.084.539,34	54.688.839,83
1.2) Outras Receitas	316.551,08	603.848,71
1.3) Isonção usufruída sobre contribuições	12.986.615,82	8.061.929,87
<b>2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>	<b>47.983.072,26</b>	<b>28.574.065,21</b>
2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações d	15.143.192,85	8.302.566,43
2.2) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	31.887.434,34	19.778.826,11
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	221.222,33	171.466,45
2.4) Outros	731.222,74	321.206,22
<b>3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>	<b>58.404.633,98</b>	<b>34.780.553,20</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>5 - Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade (3-4)</b>	<b>58.404.633,98</b>	<b>34.780.553,20</b>
<b>6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>153,07</b>	<b>82,84</b>
6.1) Receitas financeiras	153,07	82,84
<b>7 - Valor Adicionado Total (5+6)</b>	<b>58.404.787,05</b>	<b>34.780.636,04</b>
<b>8 - Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>58.404.787,05</b>	<b>34.780.636,04</b>
8.1) Pessoal e encargos	42.238.552,18	25.614.008,06
8.2) Impostos, taxas e contribuições	224.754,35	251,79
8.3) Juros	28.965,20	7.957,67
8.4) Aluguéis	2.925.899,50	1.096.488,65
8.5) Isonção usufruída sobre contribuições	12.986.615,82	8.061.929,87
8.6) (Déficit) Superávit do Exercício	-	-

transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **2.1 - Formalidade da escrituração contábil - resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciam fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19 de dezembro de 2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **2.2 - Nome Empresarial da Unidade, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Universitário de Taubaté - Avenida Granadeiro Guimarães, 270 - Centro - Taubaté - SP, CEP 12.020-130 - CNPJ nº 61.699.567/0089-24. 3 - Principais práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002 (R1)) e suas alterações. O plano de contas adotado atende aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. **3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias. **Descrição Saldo em 31.12.2020**

Descrição	Saldo em 31.12.2020
Caixa e Saldos em Bancos	332.255,11
Aplicação Financeira de Curto Prazo	931.189,41
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>1.263.444,52</b>
<b>3.2 - Aplicações Financeiras:</b> As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.	
<b>Instituição</b>	<b>Tipo de Aplicação</b>
<b>Financeira</b>	<b>Relevância</b>
Banco do Brasil	CDB
<b>Saldo Aplicações</b>	<b>931.189,41</b>
<b>3.2.1 - Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição:</b> Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos a Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamental. Em 2020 tais valores representam o montante de R\$ 51.481,31. <b>3.3 - Contas a receber:</b> A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme a resolução 1.305/10 (R2) (que aprova a NBC TG 07 R2) e conforme resolução 1.409/12 (R1) (que aprova a ITG 2002 R1) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando	

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrado em 31 de Dezembro - Valores Expressos em Reais (R\$)		
Descrição	Vencidos	A Vencer
<b>Saldo em 31.12.2020</b>		<b>Total</b>
Contrato		
Gestão Nº 50.132		
/18-18/18	R\$ 7.539.466,66	R\$ 26.157.866,80
<b>1º T.A.</b>		<b>R\$ 33.697.333,46</b>
Oncologia e OPM'S	R\$ 1.127.147,11	R\$ 1.694.441,79
<b>3.3.2 - Valores em Negociação - Contrato/Convênio:</b> Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Norma NBC - ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucros Item 17 e 27(d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. A instituição assumiu valores relativos a passivos trabalhistas decorrente da sub-rogação de colaboradores no Exercício de 2019. Esses valores foram amortizados durante a execução do novo contrato assumido pela SPDM em virtude da transição com a antiga entidade gestora. Os valores amortizados no Exercício de 2020 representam R\$ 88.123,74 relativo ao pagamento de férias dos colaboradores sub-rogados de período anterior a transição. <b>3.4 - Outros Créditos:</b> São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. <b>3.4.1 - Antecipações de Férias:</b> A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seus artigos: Artigo 145 - O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido. No Artigo 143 - serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. Em 31/12/2020 o saldo contabilizado foi de R\$ 234.826,58. <b>3.4.2 - Adiantamento a Fornecedores:</b> Representam valores de adiantamentos a fornecedores de mercadorias bem como a prestadores de serviço, o saldo em 31.12.2020 é de R\$ 23.703,78. <b>3.4.3 - Adiantamentos:</b> Representam valores a pagos de benefícios adquiridos no final do mês aos funcionários que irão compor a folha de pagamento do mês posterior, são valores referentes a vale transporte, vale alimentação e refeição. Em 31/12/2020 o saldo contabilizado foi de R\$ 13.581,00. <b>3.5 - Despesas Pagas Antecipadamente:</b> Representam valores referentes a prêmios de seguros de veículos e seguro predial do imóvel da Entidade. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. <b>3.6 - Estoques:</b> Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2020 é de R\$ 1.840.383,78. A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência.		
<b>Posição dos Estoques</b>		<b>Valores em Reais em:</b>
<b>Descrição</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Materiais utilizados no setor de Nutrição	60.168,81	57.026,07
Materiais utilizados no setor de Farmácia	554.295,15	324.675,16
Materiais de Almoarifado	1.221.600,19	660.923,04
Empréstimos de Materiais a Terceiros	4.319,63	-
<b>Total</b>	<b>1.840.383,78</b>	<b>1.042.624,27</b>
Os Materiais de terceiros são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder, para atendimento emergencial dos serviços de saúde. <b>3.7 - Valores a Receber - (Ativo Não Circulante):</b> Os valores registrados nesta conta representam valores a receber de longo prazo, Em 31/12/2020 o saldo foi R\$ - e em 31/12/2019 R\$ 32.697.333,30 (trinta e dois milhões, seiscentos e noventa e sete mil, trezentos e trinta e três reais e trinta centavos) relativos ao Contrato de Gestão Nº 50.132/18, Chamamento Público nº 18/18 proveniente da Prefeitura de Taubaté. <b>3.8 - Estimativas de Rescisão Contratual:</b> A entidade entendeu por bem realizar uma estimativa de rescisão contratual, em contas de ativo e passivo, em caso de rescisão unilateral do parte do órgão público contratante. Devido a sua relevância, a estimativa leva em consideração os valores para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2020, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:		
<b>Descrição</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Aviso Prévio indenizado	-	3.961.547,83
Multa FGTS Rescisória (50%)	-	6.005.876,16
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>9.967.423,99</b>
Em 31 de dezembro de 2020 a instituição entendeu por bem que não caberia constituir Estimativa de Rescisão Contratual em virtude da Cláusula nº 9 parágrafo quinto, do Contrato de Gestão 50.132/18, Chamamento Público nº 18/18 prever que os custos relativos à dispensa com pessoal serão arcuados		

continua



cia de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequação da apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo

profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01 de abril de 2021 **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3. Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718**

## FUNDAÇÃO ESTATAL REGIONAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA BACIA DO JUQUERY

CNPJ: 31.627.025/0001-43

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em reais)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		Outros Custos		45.516,00	6.991,69
ATIVO	2020	2019	CONTRATOS EMERGENCIAS	7.843.377,97	
<b>CIRCULANTE</b>	<b>3.728.287,15</b>	<b>2.970.387,66</b>	<b>CONTRATO EMERGENCIAL</b>		
<b>CANTAS CORRENTES</b>	<b>1.443.593,39</b>	<b>1.010.749,74</b>	<b>003/2020 (COVID-19 AB)</b>	<b>2.721.272,30</b>	
ContaCorrente0907/003/00071003-2	139.933,98	75.720,78	<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>877.620,30</b>	
ContaCorrente0907/003/00071007-5	307.704,72	275.719,63	Salários	632.679,45	
ContaCorrente0907/003/00071008-3	963.265,49	659.309,33	INSS	134.827,02	
Contacorrente0907/003/00071010-5	32.689,20	-	FGTS	50.585,90	
<b>PROVISÃO DE REPASSE</b>	<b>2.284.693,76</b>	<b>1.959.637,92</b>	PIS	6.420,23	
ContaCorrente0907/003/00071007-5	292.507,54	331.561,36	Vale Transporte	27.042,60	
ContaCorrente0907/003/00071008-3	1.992.186,22	1.628.076,56	Vale Alimentação	26.065,10	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>Despesas Operacionais</b>	<b>1.837.800,00</b>	
Investimentos	-	-	Serviços Médicos	1.837.700,00	
Imobilizados	-	-	Saúde Ocupacional	100,00	
Intangível	-	-	Materiais Gerais e de		
<b>Total do Ativo</b>	<b>3.728.287,15</b>	<b>2.970.387,66</b>	Consumo	-	
<b>PASSIVO</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	Gestão de Tecnologia da		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>2.882.761,53</b>	<b>1.634.338,73</b>	Informação	-	
<b>CONTRATO 001/2019 (PPL)</b>	<b>303.072,37</b>	<b>237.915,54</b>	<b>Despesas Indiretas</b>	<b>5.852,00</b>	
Despesas com Pessoal a Pagar	174.251,59	117.070,85	Gestão de Serviços	-	
Despesas Operacionais a Pagar	116.844,16	107.089,54	Qualidade e Educação	-	
Despesas Indiretas a Pagar	11.976,62	13.755,15	Continuada	-	
<b>CONTRATO 002/2019 (UPA24h FCO DA ROCHA)</b>	<b>2.079.652,44</b>	<b>1.396.423,19</b>	Serviços de Contabilidade	5.852,00	
Despesas com Pessoal a Pagar	794.346,05	452.386,29	Serviços Gráficos e de		
Despesas Operacionais a Pagar	1.230.385,97	901.020,67	Comunicação	-	
Despesas Indiretas a Pagar	54.920,42	43.016,23	Outros Custos	-	
<b>CONVÊNIO EMERGENCIAL 006/2020 (COVID-19 AB)</b>	<b>500.036,72</b>	<b>-</b>	<b>CONTRATO EMERGENCIAL</b>	<b>3.327.569,01</b>	
Despesas com Pessoal a Pagar	161.761,72	-	<b>004/2020 (COVID-19 UOC)</b>	<b>3.327.569,01</b>	
Despesas Operacionais a Pagar	336.175,00	-	<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>1.415.041,19</b>	
Despesas Indiretas a Pagar	2.100,00	-	Salários	1.029.540,17	
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>240.000,00</b>	<b>140.000,00</b>	INSS	217.946,36	
Patrimônio Social	240.000,00	140.000,00	FGTS	82.244,79	
<b>RESERVA DE REAVALIAÇÃO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	PIS	10.378,42	
<b>RESULTADOS ACUMULADOS</b>	<b>605.525,62</b>	<b>1.196.048,93</b>	Vale Transporte	31.570,20	
Superavit Acumulados	605.525,62	1.196.048,93	Vale Alimentação	43.361,25	
Déficit do Exercício	-	-	<b>Despesas Operacionais</b>	<b>1.902.335,82</b>	
<b>Total do Passivo e Patrimônio Social</b>	<b>3.728.287,15</b>	<b>2.970.387,66</b>	Plantões Médicos	1.321.175,00	
			Controle de Acesso	103.500,00	
			Serviço de Limpeza	278.820,00	
			Nutrição e Dietética	189.378,82	
			Saúde Ocupacional	9.462,00	
			<b>Despesas Indiretas</b>	<b>10.192,00</b>	
			Serviços de Contabilidade	10.192,00	
			Serviços Gráficos e de		
			Comunicação	-	
			Outros Custos	-	
			<b>CONTRATO EMERGENCIAL</b>	<b>1.794.536,66</b>	
			<b>006/2020 (COVID-19 AB)</b>	<b>1.794.536,66</b>	
			<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>534.427,66</b>	
			Salários	387.345,47	
			INSS	81.014,88	
			FGTS	29.624,42	
			PIS	3.873,44	
			Vale Transporte	18.494,50	
			Vale Alimentação	14.074,95	
			<b>Despesas Operacionais</b>	<b>1.255.825,00</b>	
			Serviços Médicos	1.255.825,00	
			Saúde Ocupacional	-	
			Materiais Gerais e de		
			Consumo	-	
			Gestão de Tecnologia da		
			Informação	-	
			<b>Despesas Indiretas</b>	<b>4.284,00</b>	
			Gestão de Serviços	-	
			Qualidade e Educação	-	
			Continuada	-	
			Serviços de Contabilidade	4.284,00	
			Serviços Gráficos e de		
			Comunicação	-	
			Outros Custos	-	
			<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>605.525,62</b>	<b>1.196.048,93</b>
			<b>LÍQUIDO</b>	<b>605.525,62</b>	<b>1.196.048,93</b>
			Receita Financeira	31.637.817,04	10.506.939,47
			Despesas Financeiras	-	-
			Despesas	-	-
			Pessoal/Operacionais/Indiretas	(31.032.291,42)	(9.310.890,54)
			<b>Superavit / Déficit do Exercício</b>	<b>605.525,62</b>	<b>1.196.048,93</b>
			<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O</b>		
			<b>EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019</b>		
			<b>1. CONTEXTO OPERACIONAL</b>		
			A FUNDAÇÃO JUQUERY – CNPJ 31.627.025/0001-43, instituída pelo		
			município paulista de Franco da Rocha, é uma Fundação pública dotada de		
			personalidade jurídica de direito privado, de interesse coletivo, utilidade		
			pública dotada de personalidade jurídica de direito privado sem fins		
			lucrativos, de interesse coletivo, e beneficência social, sujeita ao regime		
			próprio das entidades privadas sem fins lucrativos quanto aos direitos e		
			obrigações civis, comerciais, trabalhistas, tributárias e fiscais, regida pelo		
			seu Estatuto e pela Lei Complementar nº 288 de 26 de fevereiro de 2018,		
			do município de Franco da Rocha. A FUNDAÇÃO JUQUERY tem sede e		
			foro na cidade de Franco da Rocha, o que facilita os processos de		
			organização, gestão administrativa e técnica de possíveis contratos ou		
			convênios realizados com os municípios da região administrativa (IBGE) de		
			Franco da Rocha. Esta entidade tem por finalidade desenvolver ações e		
			serviços de saúde e assistência social, organizados de maneira		
			regionalizadas. As ações na área da saúde deverão estar vinculadas ao		
			funcionamento dos serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).		
			As ações na área da assistência social deverão estar vinculadas ao		
			funcionamento dos serviços, projetos, programas e benefícios assistenciais		
			no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).		
			Os serviços prestados pela FUNDAÇÃO JUQUERY não cerceiam o direito		
			à saúde e assistência social da população, devendo serem gratuitos e		
			universais, observadas quanto ao acesso às regras de regionalização no		
			tocante à hierarquização da complexidade de serviços e as portas de		
			entrada dos Sistemas em questão. Por fim, a FUNDAÇÃO JUQUERY pode		
			executar serviços de educação em saúde e assistência social, pesquisa,		
			ciência e tecnologia, no interesse do desenvolvimento e aprimoramento das		
			ações e serviços de saúde e da assistência social. Conforme estabelecido		
			no Estatuto da Fundação Estadual Regional de Saúde e Desenvolvimento		
			Social da Bacia do Juquery, que em seu Capítulo XI dispõe sobre o Exercício		
			Financeiro e Orçamentário. Assim considerado o Art. 32, do referido		
			Estatuto, a Prestação Anual de Contas deve se efetivar em consonância		
			com os princípios fundamentais e das normas brasileiras de contabilidade,		
			sendo submetida ao Conselho Curador com base nos demonstrativos		
			contábeis encerrados em 31 de dezembro de 2020.		
			<b>2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS</b>		
			As práticas contábeis aplicadas estão consistentes a todos os períodos		
			apresentados nessas demonstrações financeiras.		
			a. Resultado: Os resultados são registrados pelo regime de competência.		
			b. Caixa e equivalentes de caixa: Nessa rubrica incluímos: saldos de conta		
			corrente bancária, e aplicações financeiras resgatáveis a qualquer prazo e		
			com risco insignificante de alteração de seu valor de mercado. As aplicações		
			financeiras são registradas ao valor justo por meio do resultado, acrescido		
			dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento		
			dos períodos.		
			c. Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial		
			quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados		
			em favor da Instituição e seu custo ou valor puder ser mensurado com		
			segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a		
			Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um		
			evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido		
			para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, os correspondentes		
			encargos e variações monetárias.		
			<b>3. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE</b>		
			As Demonstrações Financeiras e Contábeis foram elaboradas e estão		
			apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no		
			Brasil, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, de		
			acordo com a Lei das Sociedades Anônimas – Lei 6.404/76 e as alterações		
			introduzidas pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, Pronunciamentos		
			Contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e legislação		
			fiscal e tributária. A base de elaboração e apresentação das Demonstrações		
			Contábeis e Financeiras estão registradas pelo regime de competência, em		
			atendimento aos pressupostos da Lei 11.638/07, Lei 11.941/09 e Lei		
			12.101/09. Essas modificações tiveram como objetivo possibilitar o processo		
			de convergência das práticas internacionais de contabilidade. Até a data de		
			preparação desta demonstração contábil a Entidade buscou adotar e		
			implantar os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC e aprovados por		
			deliberação da CVM e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade –		
			CFC. O efeito da adoção das práticas contábeis modificadas pela Lei		
			11.638/07, dos IFRSs, dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC e		
			aprovados por deliberação da CVM, Resoluções do Conselho Federal de		
			Contabilidade – CFC, estão apresentados a seguir:		
			<b>4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (NOTA 1)</b>		
			O Caixa e Equivalentes de Caixa são compostos pelo saldo de Caixa,		
			Bancos e Aplicações Financeiras com Resgate Automático diário se		
			necessário, acrescidos dos respectivos rendimentos financeiros até a data		
			do balanço devidamente contabilizados nas respectivas contrapartidas. O		
			montante das disponibilidades está distribuído entre a Fundação Juquery.		
			<b>Descrição</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
			Caixa	0,00	0,00
			Bancos	0,00	0,00
			Aplicações Financeiras Resgate Automático	1.443.593	1.010.749
			<b>Total</b>	<b>1.443.593</b>	<b>1.010.749</b>
			<b>5. CRÉDITOS (NOTA 2)</b>		
			a. <b>Provisão de Repasse:</b> Compostos por numerários a receber da		
			Prefeitura Municipal de Franco da Rocha, para execução dos contratos na		
			área de saúde, firmados com a Fundação Juquery, reconhecidos pelo		
			regime de competência na data de encerramento do balanço geral.		
			<b>Descrição</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
			Conta corrente 0907/003/00071007-5	292.507	331.561
			Conta corrente 0907/003/00071008-3	1.992.186	1.628.076
			<b>Total</b>	<b>2.284.693</b>	<b>1.959.637</b>
			<b>6. ESTOQUES</b>		
			A Fundação Juquery não possui estoques próprio de nenhuma natureza.		
			<b>7. INVESTIMENTOS</b>		
			A Fundação Juquery não possui nenhum tipo de investimento exceto		
			aplicações financeiras de resgate automático no Banco em que possui conta		